



FEAM 02/19835/2011
100

PARECER JURÍDICO

AUTUADO: AUTO POSTO SERRA NEGRA LTDA	DEFESA
PROCESSO Nº 2650/2001/001/2007	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 503/2007	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

O AUTO POSTO SERRA NEGRA LTDA foi autuado em 27.01.2007 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 87, IV, do Decreto 44.309/2006:

Art. 87. São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

IV - funcionar sem autorização ambiental de funcionamento, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental - Pena: multa simples e suspensão da atividade; ou multa simples, suspensão da atividade e demolição de obra; e, quando for o caso, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

Em decorrência da autuação pela infração gravíssima, foi aplicada multa no valor de **R\$ 15.001,00** (Art. 87, IV c/c Art. 61, II, "b" do Decreto 44.309/2006) e foram suspensas as atividades do autuado conforme o art. 77 do Decreto 44.309/2006.

O autuado apresentou Defesa em 16.02.2007. Foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta entre o autuado e a FEAM (fl. 21-23), seguido de Termos Aditivos em 24.07.07 (fls. 24-25), 31.01.08 (fls. 26-27).

Três anos depois de apresentar a Defesa, em 11.02.2010, o autuado foi notificado a complementá-la, de forma a adaptá-la ao art. 34 do Decreto 44.844/2008, conforme §1º do art. 35 do citado decreto, no prazo de 10 dias. Manteve-se silente.

De fato, a notificação não aponta com clareza o que deveria ser complementado. (fl. 35)

II – ANÁLISE JURÍDICA

O Auto de Infração foi lavrado em razão do empreendimento não possuir Autorização Ambiental de Funcionamento, sendo constatado manchas de óleo sobre o piso não impermeabilizado (piso de bloquetes). (fl. 02)



Na Defesa o autuado alega, em síntese, que:

- O Auto de Infração é nulo, pois foi lavrado por agente que não vistoriou o empreendimento e que não possuía credenciamento pela FEAM;
- O Auto de Fiscalização 01456/2007 foi assinado pelo frentista, e não pelo empreendedor, o que geraria mácula ao direito de defesa do autuado;
- Não houve dano ambiental, restando insubsistente o ato administrativo;
- O autuado havia requerido licenciamento ambiental através do PA 02650/2001, sendo que não adquiriu a licença ambiental por motivos alheios a sua vontade;
- A conduta do empreendimento não pode ser tipificada através do art. 87, IV do Decreto 44.309/2006, uma vez que funcionava antes da Resolução 273/2000 da CONAMA, que determinou a obrigação de aquisição de licença ambiental para os postos revendedores;
- Devem ser aplicadas as atenuantes previstas no art. 69, I, "a" e "c", do Decreto 44.309/2006.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

O Auto de Infração foi lavrado em conformidade com o art. 32 do Decreto 44.309/2006, não havendo qualquer nulidade. Com efeito, o agente que lavrou o AI, Sr. Gerson de Araújo Filho, é credenciado pela FEAM, conforme publicação no DJE em 30.08.06.

O fato do Auto de Infração ter sido assinado por funcionário do empreendimento não é capaz de causar a nulidade do mesmo, haja vista que o art. 32, X do Decreto 44.309/2006 autoriza que o AI seja assinado por preposto do empreendimento autuado. Dessa feita, afere-se o regular procedimento na autuação do empreendimento.

Ao contrário do alegado, o processo de obtenção de Licença de Operação não foi formalizado. Em junho/2007, o autuado assumiu, no TAC, a obrigação de transferir o seu posto de combustíveis para novo local, no mesmo Município de Alterosa.

Tem-se que no momento da autuação houve infração à legislação pertinente, pois o prazo para a regularização ambiental era definido pela DN COPAM 50/2001.

O agente fiscal constatou a existência de poluição e degradação ambiental, com manchas de derramamento de óleo e combustível no piso. Não havia caixa separadora de água e óleo e nem canaletas na pista de abastecimento.



ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM

O autuado não se desincumbiu do ônus de demonstrar a inexistência de dano ambiental.

Foi descumprida a Resolução CONAMA nº 273/2000. Não bastasse isso, foi descumprida também a Deliberação Normativa COPAM nº. 50, de 28 de novembro de 2001 (publicada em 15.12.2001), que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, dentre outras providências.

O art. 2º da referida Deliberação Normativa, em seu §2º, estabelece uma série de normas técnicas e medidas de controle ambiental que devem ser cumpridas pelos postos de abastecimento, e que, no presente caso, à época da autuação ainda não havia sido todas atendidas.

“Art. 3º.

(...)

§2º. Além da apresentação dos documentos exigidos pelo parágrafo anterior, os empreendimentos a que se refere este artigo deverão cumprir, para a obtenção da Licença de Operação, as seguintes medidas de controle ambiental, nos prazos respectivos, contados a partir da publicação desta Deliberação Normativa:

(...)

II – instalar válvulas de recuperação de gases nos respiros: 6 (seis) meses;

III – efetuar teste de estanqueidade em tanques subterrâneos instalados a mais de 10 anos: 6 meses, conforme NBR nº. 13.784;

IV – concretar pista da área de troca de óleo e da lavagem de veículos – 6 meses;

V – instalar Caixa Separadora de Água e Óleo – SAO na área de lavagem de veículos, troca de óleo – 8 meses;

VI – apresentar controle de manutenção dos SAO's: 12 meses;

VII – apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 20 anos: 60 dias;

VIII - apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 10 anos que após o teste de estanqueidade, constante do inciso III acusarem vazamentos: 60 dias;

IX – apresentar outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando necessário;

X – apresentar projeto e cronograma de implantação de passeio na área do empreendimento com o objetivo de facilitar o trânsito de pedestres à frente do posto de combustíveis, aprovado pelos órgãos competentes (Prefeitura Municipal, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG ou Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER): 6 meses.”



Vale ressaltar que desde 2000 há exigências expressas de adequação ambiental dos postos de combustíveis, com fixação de prazos para seu cumprimento. No entanto, em janeiro de 2007, ocasião da lavratura do auto de infração, o autuado ainda encontrava-se em situação irregular, em manifesto descumprimento das normas ambientais. O autuado, em sete anos, não havia implementado todas as medidas de controle ambiental exigidas pela DN 50/2001. Portanto, correta a aplicação da multa no caso em voga.

As atenuantes mencionadas não se aplicam nesse caso. Não houve adoção de qualquer medida imediata para correção dos danos ao meio ambiente ou limitação da degradação causada. Não há que se falar também em menor gravidade dos fatos neste caso.

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 10.001,00.

Em tempo, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta entre o autuado e a FEAM (fl. 21-23), seguido de Termos Aditivos em 24.07.07 (fls. 24-25), 31.01.08 (fls. 26-27). Contudo, não se vislumbra a comprovação do cumprimento do TAC firmado entre o autuado e a FEAM, que foi sujeito a diversas extensões do prazo.

De acordo com consulta ao SIAM, verifica-se que o autuado até o presente momento não providenciou a regularização ambiental do seu empreendimento.

Contudo, foi concedida Autorização Ambiental de Funcionamento em 18.03.2008 para a filial do Auto Posto Serra Negra Ltda localizada na Rua Alfenas, nº 51 (Processo 6955/2007/001/2008)

Conforme consulta ao SIAM, foi lavrado Auto de Infração contra o Auto Posto Serra Negra Ltda em 23.06.2009 (Processo 6955/2007/002/2009, AI 8459/2009).

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se ao Presidente da FEAM o indeferimento da Defesa, porém, reduzindo o valor da multa aplicada de R\$ 15.001,00 para **R\$ 10.001,00**, nos termos do disposto no Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008.



ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM

Recomenda-se a manutenção da penalidade de suspensão de atividades do autuado no endereço Rua Simplicio Cabral Sobrinho, nº 85, Centro, Alterosa/MG haja vista a falta de Autorização Ambiental de Funcionamento.

Belo Horizonte, 17 de março de 2011.

Autor: Daniel de Magalhães Pimenta Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura:

Maria do Carmo Moreira Fraga
OAB/MG 72.355 - MASP.: 1.043.870-3
PROCURADORIA DA FEAM